

ESP-PRESÍDIO DA POL.MIL. 'ROMAO GOMES' (PMRG)

Termo de Referência 33/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2025	180323-ESP-PRESÍDIO DA POL.MIL. 'ROMAO GOMES' (PMRG)	WILLIAN FERNANDO PEREIRA	19/03/2026 08:59 (v 0.18)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		SEI 05700399336/2025-10

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de materiais de elétrica para manutenção e reparos preventivos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTA
01	Chuveiro 220v, 6800w, Metal, diâmetro da cabeça de 15 cm, Multitemperatura. Marca Lorenzetti, modelo tradição - cromado ou equivalente (descrito a necessidade no ETP)	227022 /6428223	1/Unidade	50	R\$334,9033	R\$16.745,1650
02	Resistência Chuveiro 220v, 6800w, Metal, Pequeno, Multitemperatura, Compatível com chuveiro contemplado (Lorenzett - modelo tradição ou equivalente), conforme descrito no ETP nesta contratação.	443336 /6478484	1/Unidade	100	R\$45,1133	R\$4.511,33
03	Conector de Cerâmica Tripolar 10mm, 50A, 600V.	452537 /5963630	1/Unidade	50	R\$7,2900	R\$364,5000
	Conjunto Interruptor simples, Branco, 10A, Plástico,					

04	Frequência 10A, 250V, com Espelho plástico.	603204 /3214516	1/Unidade	50	R\$15,2467	R\$762,3350
05	Conjunto Tomada de Energia 10A 4x2, Branco, 250V, Plástico, com Espelho Plástico.	622452 /6005942	1/Unidade	50	R\$9,7133	R\$485,6650
06	Plugue Macho 2P+T, 10A, 250V, Branco.	614411 /3857964	1/Unidade	50	R\$7,1400	R\$357,0000
07	Conjunto Tomada de Energia 20A 4x2, Branco, 250V, Plástico, com Espelho Plástico.	618467 /6498230	1/Unidade	50	R\$12,3933	R\$619,6650
08	Plugue Fêmea 2P+T, 10A, 250V, Branco.	463209 /3268870	1/Unidade	50	R\$6,8300	R\$341,5000
09	Terminal Elétrico Olhal Pré-Isolado, 2,5MM, Liga de Alumínio.	473323 /6392717	1/Unidade	300	R\$0,4333	R\$129,9900
10	Terminal Elétrico Olha Pré-Isolado, 4MM.	446221 /5054150	1/Unidade	300	R\$0,7833	R\$234,9900
11	Terminal Elétrico Olha Pré-Isolado, 6MM.	473322 /6055885	1/ Unidade	200	R\$0,8067	R\$161,3400
12	Base Plafon de 13,8cm Largura, 5cm de Altura de Plástico Branco com Soquete E27 de Porcelana, Bivolt.	446171 /6068774	1/Unidade	50	R\$7,9033	R\$395,1650
13	Lâmpada de LED, Bulbo, E27, 30w, 6500k, Bivolt.	623309 /6395104	1/Unidade	100	R\$15,7333	R\$1.573,3300
14	Fusível Geral Micro-ondas 10A, Bivolt, 5x30mm.	479519 /6416918	1/Unidade	50	R\$4,7467	R\$237,3350
15	Fusível Geral Micro-ondas Cerâmica 6x30mm, 15A, 250V.	278938 /6407757	1/Unidade	50	R\$0,8967	R\$44,8350
16	Fusível Geral Micro-ondas Cerâmica 20A, 250V, 5x20mm.	291430 /6439764	1/Unidade	50	R\$4,6333	R\$231,6650
17	Kit 100 Fusíveis Laminas Veicular, com estojo separador, 3A, 5A, 7,5A, 10A, 15A, 20A, 25A, 30A,35A, 40A.	479495 /4291212	1/Unidade	1	R\$55,6367	R\$55,6367

18	Luminária Led, 36w, Luz Branca 6500k, Bivolt, Slin de Sobrepor.	605154 /6393373	1/Unidade	100	R\$32,1867	R\$3.218,67
19	Conector Plug Magnetron Filamento Microondas.	604200 /6509703	1/Unidade	50	R\$13,4233	R\$671,1650
20	Refletor/Holofote Led, Bivolt, 200w, Ip-66, 6500k Branco Frio.	616785 /6409644	1/Unidade	100	R\$57,2433	R\$5.724,3300
21	Refletor/Holofote Led, Bivolt, 400w, Ip-66, 6500k Branco Frio.	616919 /4874137	1/Unidade	100	R\$84,3933	R\$8.439,3300
22	Driver Para Pannel Led 18W Autovolt.	368202 /6404790	1/Unidade	50	R\$18,2400	R\$912,0000
23	Fita Isolante, 19mm, Rolo 20m.	604732 /6399452	Unidade (rolo 20m)	100	R\$21,5833	R\$2.158,3300
24	Lampada LED Tubular T8, 18W, G13, BIVOLT, 6500k, 120cm, Plástico.	600036 /4475089	1/Unidade	200	R\$10,4267	R\$2.085,3400
25	Plafon quadrado de Plástico, Sobrepor, 40x40, 30w, 6500K Branco Frio.	622837 /5497078	1/Unidade	50	R\$111,7867	R\$5.589,3350
26	Cabo Flexível de Cobre 6mm, cor Preto, 100 metros, Instalações elétricas.	344927 /5801346	250/rolo de 100m	02	R\$638,6567	R\$1.277,3134
27	Cabo HDMI 15m, Versão 2.1, Resolução 8k, Taxa de transferência ate 48Gbps, Compatível com HDR, Compatível com Dolby vision, Com proteção contra interferências eletromagnéticas, Conectores HDMI banhados a ouro, Material do cabo: Fibra ótica de alta qualidade, Transição de sinal estável e confiável mesmo em distâncias maiores, Suporte de áudio de alta qualidade, Compatível com dispositivos HDMI 2.1 e com versões anteriores do HDMI	382957 /6230008	1/Unidade	01	R\$316,6000	R\$316,6000
	Cabo Rede Computador, Revestimento PVC, Cobre Nú, Bitola Condutor: 24 AWG, Tipo Condutor: Par Trançado, Tipo					

28	Cabo: 4 Pr, Cor Azul, Padrão Cabeamento: Utp-5e, Aplicação: Conexão De Rede, Comprimento: 305 metros	467548 /4638980	1559/Rolo 305 Metro	01	R\$1.158,6667	R\$1.158,6667
29	Carregador de Baterias para gerador, Tensão de entrada 90-277Vca, Frequência de entrada 50/60hz, Corrente Máxima de entrada: 2.5A, Corrente de saída 6A (12V) E 3A (24V), Proteção contra inversão de polaridade e contra curto circuito, Contato para identificação de falha no carregamento.	625298 /6500579	1/Unidade	02	R\$672,8033	R\$1.345,6066
30	Extensão Filtro de Linha 4 Tomadas 2P+T 10A 3 Metros, alta resistência antichamas, e com plugue e tomadas com três pinos de acordo com o padrão NBR 14136, proteção contra surtos, No caso de sobrecarga ou curto-circuito a chave disjuntora é acionada automaticamente, protegendo seu filtro e aparelhos	607556 /6073603	1/Unidade	15	R\$64,6767	R\$970,1505
31	Disjuntor Tripolar 63A Curva, Tensão de operação nominal 240Vac, Tensão de isolamento nominal com fase 500v e com terra 250v, Tensão maxima de trabalho 400v, Frequência nominal 50/60Hz, Resistência mecânica 25.000 manobras, Resistência elétrica 6.000 manobras, Grau de proteção em invólucro domina o IP do invólucro IP20 (em instalação exposta), Tipo de instalação em trilho DIN 35mm sem restrição de posição, material dos contatos : Liga com teor >50% de Cobre Move! Liga com teor >50% de Cobre	617768 /6505929	1/Unidade	05	R\$62,2033	R\$311,0165
32	Disjuntor DIN Bipolar 127 /220V 63A - Curva C, Termomagnético, Frequencia 50/60Hz, Capacidade máxima de curto-circuito (NBR NM 60898): 3,000 ka Capacidade máxima de curto-circuito por faixa de tensão (NBR NM 60898): 5kA 220/127VCA - 3kA 380/220VCA Seção dos condutores no terminal superior: 1 mm² Seção dos condutores no terminal inferior: 25mm² p/ fios e cabos c /terminal; 16mm² s/terminal Vida útil: 4000 atuações Norma NBR: NM 60898-1 (220 /380V - 3kA)	482701 /6101160	1/Unidade	10	R\$55,0900	R\$550,9000

33	Atendendo norma NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Disjuntor Termomagnético; Tripolar; Montagem Em Caixa Moldada; Acionado Por Alavanca; Numero de Posicoes 02; Tensao Maxima de Operacao de 440 Vca; Corrente Nominal de 50 A; Conforme Certif. Compuls. Inmetro e Norma Nbr 5361 Iec Nema; Classe de Interrupcao: 03 Ka;	622974 /6323375	1/Unidade	05	R\$55,2900	R\$276,4500
34	Disjuntor Termomagnético; Bipolar; Montagem Em Fixacao Por Trilho Din 35mm; Acionado Por Alavanca Frontal; Tensao Maxima de Operacao de 440 Vca; Corrente Nominal de 32 A; Conforme Certif. Compuls. Inmetro e Norma Norma Abnt Nbr Vigente; Classe de Interrupcao: 6 Ka/ 400 Vca, Curva de Disparo Tipo "c"; Altura 85 Mm, Largura 36 Mm, Profundidade 69,5 Mm;	623126 /6347622	1/Unidade	30	R\$53,5067	R\$1.605,2010
35	Disjuntor; Padrao Bipolar, Seco, Acionamento Manual Por Alavanca Frontal; 2 Polos; de Corrente Nominal de 25a; Classe de Interrupcao de Classe de Interrupcao de Icn 5ka; Tensão Máxima de Entrada 125vcc; Com Apresentacao Da Iec 60077-3; Quatro Terminais Tipo Parafuso para Conexão Olhal;	622256 /6213138	1/Unidade	08	R\$42,3967	R\$339,1736
36	Disjuntor Termomagnético; Bipolar; Montagem Em Fixacao Por Trilho/presilha; Acionado Por Alavanca Frontal, Acionamento Manual; Tensao Maxima de Operacao de 440 Vca; Frequencia Nominal de 50 / 60 Hz; Corrente Nominal de 16 A; Corrente Curto Circuito Assimetrica de Capacidade de Interrupcao de 5ka /400vca; Conforme Certif. Compuls. Inmetro e Norma Abnt Nbr Nm 60898-1 e Iec 60947-2; Classe de Interrupcao: Curva de Disparo Tipo "c"	622251 /6040713	1/Unidade	05	R\$41,6933	R\$208,4665
	Disjuntor; Padrao Din, Tipo Diferencial Residual (dr); Polos: 2p, Vida Util Media do Numero de Atuacoes:>10.000; Curva C, Capacidade de Interrupcao Nominal: 10ka, classe A; de De 40 Amperes, Temperatura Ambiente °c: -25 a +45; Classe de Interrupcao					

37	de Classe de Interrupcao de 30 Mili Amperes; Tensao Operacao Nominal:230vca, Frequencia: 50 a 60hz, Grau de Protecao: Ip20; Com Apresentacao Da Certificacao Compulsoria do Inmetro, Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes; Nas Dimensoes: Largura de 54mm, Altura de 90mm e Profundidade de 70mm;	621979 /6199941	1/Unidade	06	R\$39,9833	R\$239,8998
38	Disjuntor Din Monopolar Curva C 16, altura 78,80mm, largura 18,00mm, profundidade 66,00 mm, comprimento 78,80mm, espessura71,90mm, de material metal e plástico, Certificação do Inmetro OCP 0018	616753 /6459897	1/Unidade	10	R\$13,0400	R\$130,4000
39	Disjuntor; Padrao Termomagnetico; Din; Monopolar; Curva C; de 20 A; Classe de Interrupcao de 3 Ka; 220/380 V; Com Apresentacao Da Certificacao Compulsoria do Inmetro;	484195 /6306128	1/Unidade	10	R\$13,2133	R\$132,1330
40	Disjuntor Termomagnetico; Monopolar; Din 35mm; Indicador On/off; Montagem Em Qualquer Posicao; Compativel Com o Dispositivo de Bloqueio; Tensao Maxima de Operacao de 125vcd /480vca; Tensao Minima 24 Vca Compativel Com 127, 220 e 440vca; Corrente Nominal de 40 A; Conforme Certif. Compuls. Inmetro e Norma s Nbr Nm 60898 e Nbr Iec 60947-2; Classe de Interrupcao: Curva C; Corrente de Curto Circuito de No Minimo 5ka Em 220v; 18mm+-1mm x 80mm+-2mm x 70mm+-10mm (lxaxp); Compativel C/seccao Transversal Cabos 0,75mm2 Ate 25mm2;	616752 /6106498	1/Unidade	02	R\$17,9467	R\$35,8934
41	Disjuntor; Padrao Din; Unipolar; Curva C; de 25a; Classe de Interrupcao de 3 Ka; 220/380 V; Com Apresentacao Da Nbr Nm 60898;	484197 /6137652	1/Unidade	10	R\$13,8733	R\$138,7330
42	Disjuntor; Padrao Din; Monopolar; Curva C; de 32 Amperes; Classe de Interrupcao de 3ka; 230/400v; Com Apresentacao Da Certificacao Compulsoria Inmetro, Conforme Normasnbr /abnt Vigentes;	484198 /6398600	1/Unidade	04	R\$14,9933	R\$59,9732
	Disjuntor Din Monopolar Curva A 10A, Curvas de Disparo A, Altura 78,80 mm, Largura					

43	18,00 mm, Profundidade 66,00 mm, Comprimento 78,80 mm, Espessura 71,90 cm, Material Metal e Plástico.	484194 /6459889	1/Unidade	10	R\$11,1867	R\$111,8670
44	Interruptor Diferencial Residual; Bipolar, Conforme Certificacao Compulsoria Inmetro e Norma Iec 61008-1, Grau Protecao: Ip20; Corrente Nominal de 40 Amperes, Temperatura de Trabalho -5 a 60°C; Sensibilidade a Fuga de Terra: 30 Mili Amperes; Corrente de Curto Circuito 6ka; Classe Ac; Tensao de Operacao Maxima: 230 Vca 50 /60 Hz, Tensao de Isolamento Nominal: 440 Vca; Durabilidade Mecanica: 5000 Operacoes; Durabilidade Eletrica: 2000 Operacoes; Dimensoes 36x82mm(lxa), Profundidade Entre 67 a 72mm, Fixacao: Trilho Din 35mm;	626137 /6177069	1/Unidade	15	R\$148,4100	R\$2.226,15
45	Disjuntor; Padrao Din, Tipo Diferencial Residual (dr); Polos: 3p+n, Manobras Eletricas: 10000 Ciclos, Manobras Mecanicas: 20000 Ciclos; Curva C, Capacidade de Interrupcao Nominal: 6ka, Classe A; de 40 Amperes, Temperatura de Operacao: -5 °C a +60°C; Classe de Interrupcao de Classe de Interrupcao de 30 Mili Amperes; Tensao Operacao Nominal:400vca, Tensao Isolamentonominal:440vca, Freq:50hz, Grau de Protecao: Ip20; Com Apresentacao Da Certificacao Compulsoria Inmetro; Conforme Normasnbr /abnt Vigentes; Nas Dimensoes: Com Largura de 90mm, Altura de 91mm e Profundidade de 73mm;	348271 /6198325	1/Unidade	05	R\$250,5000	R\$1.252,5000
46	Interruptor Diferencial Residual; 4 Polos; Corrente Permanente 63 A; Corrente de Fuga 30 Miliampere; Classe Ac; Tensao de Operacao 400vca, Tensao de Isolamento 440vca; Fixacao Trilho Din 35, Ip20	410177 /5622174	1/Unidade	05	R\$184,2333	R\$921,1665
47	Interruptor diferencial 2p, 25A, 30ma, Tensão 230Vca, Material de proteção contra correntes elétricas ocasionais que possam passar pelo corpo humano em caso de contatos diretos ou indiretos e, quando	426980	1/Unidade	05	R\$107,2567	R\$536,2835

	a operação de dispositivos elétricos estiverem entre a corrente residual/fulga de 30mA a 300mA, de acordo com a sua especificação, o Interruptor Diferencial Residual (IDR) dispare.	/6177069				
48	Dispositivo Protetor Contra Surtos Eletricos; (dps) Monopolar, Composto Por Varistor de Oxido de Zinco (mov); Tensao Maxima de Operacao Continua 275 Vac, Maxima Corrente Descarga (8 /20us) 20ka; Corrente de Surto Nominal (8/20us) Minima de 10 Ka e Maxima de 20ka; Medindo Aproximadamente 90 x 64 x 18 Mm (c x a x L) - Montagem Em Trilho Din Ou Garra (nema); Classe li (norma En 61643-11) para Linhas Ac Com Aterramento;	398994 /4557344	1/Unidade	10	R\$51,0667	R\$510,6670
49	Testador de bateria automotiva de 12v, faixa de tensão de operação 1,5V a 17V, Classificação das baterias aplicáveis: CCA = 50 - 1400/SAE = 50 - 1400/EN = 50 - 1400/IEC = 50 - 800/DIN = 50 - 800, Alimentação: Bateria de 9 V (NEDA 1604 ou 6F22), Classificação: CCA = 50 - 1400/SAE = 50 - 1400/EN = 50 - 1400/IEC = 50 - 800 /DIN = 50 - 800, Temperatura de operação: -18°C a 50° C, Corrente de arranque a frio (CCA): 50 A - 1400 A, Modelo: TBV 1400, Com impressora.	635470 /6045570	1/Unidade	01	R\$ 1.317,7200	R\$ 1.317,7200
50	Carregador de Bateria Rápido /Lento 12V, corrente de saída de até 50A, com Auxiliar de Partida, alimentação bivolt 110 /220V (50/60Hz), carga lenta de 10A, carga rápida de 20A,	630893 /5683173	01/Unidade	01	R\$ 936,0100	R\$ 936,0100
51	Fio Eletrico Tipo: Flexível , Cor: Vermelho , Material Condutor: Cobre , rolo de 100m, diâmetro 10mm, aplicação: instalações elétricas, Antichamas, isolado com pvc.	333327 /1773100	250/Rolo 100 Metro	01	R\$ 1.074,9633	R\$ 1.074,9633
52	Cabo Para Transferência DE Energia, Bateria 400A com 5 Metros, Em Polietileno e Metal, Jacarés Revestidos em Plástico, Acompanha um cabo vermelho (positivo) e um preto (negativo), Indicado para transferir carga entre bateria de veículos.	601251 /3243508	01/Unidade	02	R\$ 159,5967	R\$ 319,1934
	Fio Eletrico Tipo: Flexível , Cor: branco , Material					

53	Condutor: Cobre , rolo de 100m, diâmetro 10mm, aplicação: instalações elétricas, Antichamas, isolado com pvc.	224599/164275	250/Rolo 100 Metro	01	R\$ 817,4833	R\$ 817,4833
54	Alicate de Crimpar Prensa Terminal Ilhós Tubular 0,25 a 10mm2, Design: Ergonômico, com cabo emborrachado ou revestido em PVC	624152 /6365450	01/Unidade	02	R\$ 47,5900	R\$ 95,1800
55	Alicate Automático, Ajustável, Desencapador e Crimpador de Fios, uso para trabalhos elétricos, descascar Fios e prensar terminais, Material em Aço Carbono. medindo 203mm - 8.	393437 /5626668	01/Unidade	02	R\$ 114,6000	R\$ 229,2000
TOTAL						R\$75.494,90

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias úteis contados do(a) a emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.7. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSID

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A observância das normas técnicas pertinentes, regulamentos e legislações vigentes, especialmente aquelas relacionadas à segurança, saúde e meio ambiente;

4.1.2. A compatibilidade do objeto com as necessidades da administração, de forma a garantir eficiência, economicidade e qualidade na contratação;

4.1.3. A preferência, sempre que possível, por bens, serviços ou obras que apresentem menor impacto ambiental durante seu ciclo de vida, observando critérios como:

4.1.3.1. Durabilidade e possibilidade de reutilização ou reciclagem;

4.1.3.2. Eficiência energética e uso racional de recursos naturais;

4.1.3.3. Redução na geração de resíduos e poluentes;

4.1.3.4. Emprego de matérias-primas de menor agressividade ambiental;

4.1.4. A exigência de que os fornecedores adotem práticas de gestão sustentável, quando aplicável, tais como:

4.1.4.1. Responsabilidade socioambiental em suas cadeias produtivas;

4.1.4.2. Certificações ambientais reconhecidas por órgãos oficiais;

4.1.4.3. Cumprimento da legislação trabalhista e ambiental;

4.1.5. A inclusão de critérios de sustentabilidade na avaliação técnica e/ou na pontuação das propostas, conforme a natureza do objeto e a viabilidade técnica e econômica da adoção desses critérios.

4.1.6. Havendo divergência no código CATMAT com a especificação do item seguir a especificação descrita na tabela.

4.2. indicação de marcas e modelos:

4.2.1. Na presente contratação será *admitida a indicação da seguinte marca, características e modelo de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar:*

4.2.1.1. Chuveiro 220v, 6800w, Metal, diâmetro da cabeça de 15 cm, Multitemperatura. Marca Lorenzetti, modelo tradição - cromado ou equivalente.

4.2.1.2. Resistência Chuveiro 220v, 6800w, Metal, Pequeno, Multitemperatura, Compatível com chuveiro contemplado (Lorenzetti - modelo tradição), ou equivalente, conforme descrito no ETP nesta contratação.

Garantia da contratação

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens são de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10(dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no Presídio Militar Romão Gomes na Avenida Tenente Júlio Prado Neves, 451 - Vila Albertina, São Paulo/SP.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (código de defesa do consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV)

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 4 (quatro) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

8.7. **Sociedade empresária**[ESP1] : inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas *ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, , nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica:

8.23. Para fins de habilitação nesta licitação, não haverá exigência de habilitação técnica.

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$75.494,90 (setenta e cinco mil quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de Agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILLIAN FERNANDO PEREIRA

2ºTen PM Ch Set Log



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 15:09:42.

MARCAL RICARDO RAZUK

Ten Cel - Dirigente



Assinou eletronicamente em 19/03/2026 às 08:59:12.